



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 24/08/15

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Rubem

Martins  
para relatar.

Em 25/8/15

Presidente Comissão de Constituição e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº 19/2015**

**PROCESSO AL – 7064/15**

**AUTOR (A): Dep. Dr. Hélio Oliveira**

**RELATOR (A): Dep. Rubem Martins**

**I – RELATÓRIO**

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os Arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a referida proposição em epígrafe, que **Institui a inclusão dos Estudos de Prevenção e Combate ao uso de Drogas Psicoativas Lícitas ou Ilícitas nos Currículos das Escolas Estaduais do Piauí, estabelece uma hora semanal de Programas voltados ao tema de drogas em todas as Mídias Estatais e, dá outras providências.**

A proposição faz parte do Processo Legislativo Art. 96, Inciso I, alínea "g" e Art. 105 do Regimento Interno e Arts. 73 e 75 da Constituição Estadual.

O referido Indicativo de Projeto de Lei traz uma proposta importante para a prevenção e o combate das drogas psicoativas lícitas e ilícitas no ambiente escolar, pois há um grande avanço desta triste realidade no Piauí e no Brasil, onde o consumo de drogas é considerado um dos maiores problemas sociais, sendo mesmo comparado a uma epidemia. Claro está que o uso indiscriminado de substâncias entorpecentes, além de causar danos irreparáveis à saúde do usuário, desestrutura famílias e destrói vidas, numa perspectiva física, psíquica e social. O crescente aumento do uso de substâncias psicotrópicas demonstra claramente que os mecanismos usados no combate a esse fenômeno, não têm surtido os efeitos esperados. O reconhecimento da necessidade de prevenção ao uso indiscriminado de substâncias entorpecentes levou o legislador pátrio a sancionar a Lei nº. 11.343/06, conhecida como Lei Antidrogas, que, embora faça referência à repressão, prima pela criação de ações preventivas, através da implantação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). Concluída as análises cabíveis quanto à constitucionalidade da matéria, e não havendo óbices, o referido projeto está em conformidade com todos os dispositivos legais.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina (PI), 31 de agosto de 2015.**

*Rubem Martins*  
Dep. Estadual - P. 16

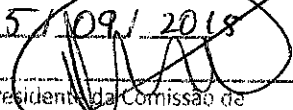



ESTADO DO PIAUÍ  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

**II – VOTO DO RELATOR**

Visto e analisado o relatório e por a proposição se encontrar nos dispositivos regimentais, constitucionais e legais, com boa técnica legislativa, somos de parecer favorável a sua normal tramitação e aprovação.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, Teresina (PI), 31 de agosto de 2015.

APROVADO À UNANIMIDADE
em, 15/09/2015

Presidente da Comissão de
Justiça

  
Rubem Martins  
Dep. Estadual - PSB

